

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE GOIÂNIA E REGIÃO LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

1. Contexto operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE GOIÂNIA E REGIÃO LTDA - SICOOB ENGECCRED-GO**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **24/04/2000**, filiada à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO – SICOOB UNI** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB ENGECCRED-GO** possui **03** (três) Postos de Atendimento (PAs) nos seguintes municípios: **GOIÂNIA – GO** e **APARECIDA DE GOIÂNIA – GO**.

O **SICOOB ENGECCRED-GO** tem como atividade preponderante oferecer soluções financeiras a seus associados, tendo como finalidade:

- I.** o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- II.** prover, através da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados em suas atividades específicas, buscando apoiar e aprimorar a produção, a produtividade e a qualidade de vida, bem como a comercialização e industrialização dos bens produzidos;
- III.** a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo; e
- IV.** quando autorizada pelos órgãos competentes, conceder financiamento habitacional a seus associados, observada a regulamentação aplicável.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e incluem as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 18/03/2019.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011;

CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial

ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de Dezembro de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros, pelas seguintes razões:

- 65% são investimentos em instituições sólidas e de alta liquidez, não havendo qualquer indicativo de que não sejam integralmente recuperáveis.

- 22% são móveis e equipamentos de uso com uma representação líquida de 0,53% do ativo total, sendo que 45% dos bens já estão totalmente depreciados, razão pela qual entendemos se dispensável a realização de uma estimativa formal individual de cada unidade geradora de caixa. Por fim, 13% são Ativos Intangíveis, que possuem remota probabilidade de que a determinação do valor recuperável corrente seja menor do que o valor contábil do ativo não financeiro, pela sua irrelevância.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2018**.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Moeda nacional	3.607.681	1.952.102
TOTAL	3.607.681	1.952.102

4.1 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em **31 de Dezembro de 2018 e 2017**, as aplicações em Depósitos Interfinanceiros mantidos no Bancoob, estavam assim representadas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.438.692	1.883.449
TOTAL	10.438.692	1.883.449

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de **2018 e 2017**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	306.127.235	242.689.336
TOTAL	306.127.235	242.689.336

a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB UNI** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	271.899	-	271.899	296.669
Empréstimos	137.237.542	181.198.909	318.436.451	286.649.262
Títulos Descontados	1.702.074	-	1.702.074	2.099.281
Financiamentos	2.974.317	3.917.933	6.892.251	9.599.839
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	15.358.795	2.058.955	17.417.750	2.877.518
(-) Provisões para Operações de Crédito	(4.906.189)	(7.997.709)	(12.903.898)	(11.392.657)
TOTAL	152.638.440	179.178.088	331.816.528	290.129.912

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA - Normal	-	-	-	-	-	-	24.712.726	-
A 0,5% Normal	163.697.587	5.538.375	6.238.894	2.133.460	177.608.317	(888.042)	141.391.214	(706.956)
B 1% Normal	66.398.976	6.099.061	539.157	13.107.313	86.144.508	(861.445)	66.652.196	(666.522)
B 1% Vencidas	4.366.191	737	-	-	4.366.928	(43.669)	2.868.604	(28.686)
C 3% Normal	32.203.773	2.296.159	114.199	2.176.977	36.791.109	(1.103.733)	29.995.095	(899.853)

C	3%	Vencidas	4.706.984	38.798	-	-	4.745.782	(142.373)	3.634.134	(109.024)
D	10%	Normal	4.646.942	1.038.354	-	-	5.685.295	(568.530)	12.242.156	(1.224.216)
D	10%	Vencidas	7.669.770	1.005.702	-	-	8.675.472	(867.547)	2.681.060	(268.106)
E	30%	Normal	14.390.548	813.639	-	-	15.204.187	(4.561.256)	11.683.472	(3.505.042)
E	30%	Vencidas	1.503.764	18.688	-	-	1.522.453	(456.736)	1.282.481	(384.744)
F	50%	Normal	125.102	37.125	-	-	162.226	(81.113)	324.162	(162.081)
F	50%	Vencidas	562.802	96.377	-	-	659.179	(329.589)	874.280	(437.140)
G	70%	Normal	469.591	15.525	-	-	485.116	(339.581)	550.411	(385.288)
G	70%	Vencidas	17.046	14.854	-	-	31.900	(22.330)	51.926	(36.348)
H	100%	Normal	855.432	18.478	-	-	873.910	(873.910)	1.533.414	(1.533.414)
H	100%	Vencidas	1.610.168	153.875	-	-	1.764.043	(1.764.043)	1.045.237	(1.045.237)
Total Normal			282.787.952	15.856.716	6.892.251	17.417.750	322.954.669	(9.277.610)	289.084.847	(9.083.371)
Total Vencidos			20.436.726	191.468	-	-	21.765.757	(3.626.288)	12.437.723	(2.309.286)
Total Geral			303.224.677	17.633.966	9.599.839	2.877.518	344.720.426	(12.903.898)	301.522.569	(11.392.657)
Provisões			(9.601.751)	(859.565)	(907.827)	(23.514)	(12.903.898)		(11.392.657)	
Total Líquido			293.622.927	16.774.400	8.692.012	2.854.004	331.816.528		290.129.912	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	55.430.965	82.078.477	181.198.909	318.708.350
Financiamentos	728.481	2.245.837	3.917.933	6.892.251
Títulos Descontados	1.702.074	-	-	1.702.074
Financiamentos Rurais	2.567.736	12.791.059	2.058.955	17.417.750
TOTAL	4.998.292	15.036.896	5.976.888	344.720.426

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	199.899	16.005.709	-	-	16.205.607	5%
Setor Privado - Serviços	13.757.834	265.765.640	1.702.074	7.149.260	288.374.809	84%
Pessoa Física	3.204.618	25.995.658	-	10.268.490	39.468.766	11%
Outros	23.396	647.847	-	-	671.243	0%
TOTAL	17.185.747	308.414.854	1.702.074	17.417.750	344.720.426	100%

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	10.995.889	3%	12.514.805	4,%
10 Maiores Devedores	90.023.728	26%	85.799.161	28%
50 Maiores Devedores	241.107.285	70%	225.026.840	74%

f) Operações renegociadas:

Durante o exercício de **2018**, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 93.075.455 (noventa e três milhões setenta e cinco mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais), compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
a) Avais e Fianças Honrados	391.110	442.182
b) Rendas a Receber	1.471.897	73.076
c) Adiantamentos	45.921	62.871
d) Devedores por compra de valores e bens	3.600.102	5.052.367
e) Impostos e contribuições a compensar	9.484	12.486
f) Títulos e crédito a receber	8.341.424	94.297
g) Devedores diversos – País	272.184	313.904
h) (-) Provisões para Outros Créditos	(896.075)	(484.740)
TOTAL	13.236.047	5.566.444

- a) Correspondem aos valores de cartões de crédito honrados pela cooperativa quando não há a liquidação pelo associado. Essas operações compõem a carteira de crédito da cooperativa e são registradas em nome do associado devedor. Foi constituída provisão para perda sobre essas operações no montante de R\$ 345.856 (trezentos e quarenta e cinco mil oitocentos e cinquenta e seis reais), com base no nível de risco dos associados devedores, com base na Resolução CMN nº 2.682/1999.
- b) Refere-se as rendas a receber dos convênios e a renda da centralização financeira do valor transferido para a nova central do Sicoob UNI.
- c) Adiantamentos de férias concedidos à colaboradores.
- d) Débitos de terceiros resultante da alienação de bens não de uso próprio, a prazo. Foi constituída uma provisão para perda sobre essas operações no montante de R\$ 550.219 (quinhentos e cinquenta mil duzentos e dezenove reais), com base no nível de risco dos devedores, com base na Resolução CMN nº 2.682/1999.
- e) Impostos retidos de fornecedores a compensar em pagamentos.
- f) Composta de valores a receber referente Tarifas, e Capital de Cooperativa Descentralizada, no montante de R\$ 8.829.150 (oito milhões oitocentos e vinte e nove mil cento e cinquenta reais) recebidos na totalidade em fevereiro de 2019. (Nota 9).
- g) Devedores diversos está composta por Diferenças de Caixas, Pendências a regularizar e Custas Judiciais a Ressarcir.

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bens Não de Uso Próprio (a)	34.739.990	25.090.768
Material em Estoque	227	160
(Provisões para Desvalorizações) (b)	(864.519)	-
Despesas Antecipadas (c)	641.072	748.811
TOTAL	34.516.770	25.839.739

a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas e por meio de consolidação de propriedade, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

b) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

9. Investimentos

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito (i)	943.029	8.829.150
Participações inst financ controlada coop crédito - Bancoob	10.464.319	9.342.522
TOTAL	11.407.348	18.171.671

- i. Houve a reclassificação do capital do Sicoob Goiás Central no valor de R\$ 8.829.150 (oito milhões oitocentos e vinte e nove mil cento e cinquenta reais) para Outros Créditos (Nota 7), conforme Acordo Extrajudicial entre a Central Sicoob Uni e o Sicoob Goiás Central.

10. Imobilizado de uso e ativo intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	-	1.083.361	
Instalações	4.647.017	3.309.770	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(2.198.390)	(1.761.318)	
Móveis e equipamentos de Uso	1.134.394	1.010.436	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(635.855)	(528.969)	
Sistema de Comunicação	155.034	56.013	20%
Sistema de Processamento de Dados	2.267.704	1.966.949	10%
Sistema de Segurança	187.147	169.786	10%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(1.778.471)	(1.407.995)	
TOTAL	3.778.580	3.898.032	

ATIVOS INTANGÍVEIS	31/12/2018	31/12/2017	
Ativos Intangíveis	3.515.406	5.856.983	10%
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	(1.189.476)	(1.984.699)	
TOTAL	2.325.929	3.872.284	

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito à Vista	103.186.100	71.654.124
Depósito Sob Aviso	451.287	580.274
Depósito a Prazo	390.753.751	344.132.371
TOTAL	494.391.137	416.366.768

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	16.538.718	3,00%	10.050.556	2,00%
10 Maiores Depositantes	90.095.563	18,00%	75.061.469	18,00%
50 Maiores Depositantes	248.359.551	51,00%	211.065.459	51,00%

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(27.198)	(55.020)
Despesas de Depósitos a Prazo	(19.838.293)	(27.799.831)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(548.355)	(10.108)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(609.427)	(545.968)
TOTAL	(21.023.273)	(28.410.928)

12. Recursos de aceites e emissão de títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), que são títulos vinculados a direitos creditórios (garantia) originários do agronegócio mantidos na carteira da própria da cooperativa e de exigibilidade imediata. Todas LCA's assim como seus direitos creditórios estão de acordo com as regras do sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil.

Modalidade	Encargos financeiros incidentes	2018	2017
Letra de Crédito de Agronegócio – LCA	Juros anuais de 81% a 85% do CDI	16.813.331	3.409.990

13. Relações interfinanceiras

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa média	Vencimento	31/12/2018	31/12/2017
Recursos do Bancoob	7,33%	30/10/2019	9.578.206	2.600.090
(-) Despesa a apropriar Bancoob			(511.495)	(231.506)
TOTAL			9.066.711	2.368.584
Circulante			4.241.808	839.102
Não Circulante			4.824.903	1.529.481

14. Relações interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	2018	2017
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	-	2.528
TOTAL	-	2.528

15. Outras obrigações

Descrição	2018	2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	464.659	373.993
Sociais e Estatutárias	3.742.988	2.065.477
Fiscais e Previdenciárias	967.293	1.314.316
Diversas	3.857.706	1.370.808
TOTAL	9.032.645	5.124.594

15.1 Sociais e estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Participações nos Lucros (a)	1.180.000	279.639
FATES (b)	1.144.990	773.308
Gratificações e Participações a Pagar (c)	140.000	-
Cotas de Capital a Pagar	1.277.998	1.012.530
TOTAL	3.742.988	2.065.477

a) representado pelo valor provisionado para pagamento aos funcionários do PPR – Programa de Participação nos Resultados, conforme acordo coletivo, proveniente de livre negociação realizada entre os representantes dos funcionários, do sindicato e da cooperativa, o valor foi pago aos colaboradores no dia 01/02/2019.

b) o FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5 % das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

c) refere-se a provisão para pagamento de Gratificação de Desempenho da Diretoria, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 08/03/2018.

d) Referem-se a devoluções de cotas de capital a serem repassadas a ex-associados que foram demitidos do quadro de cooperados da cooperativa.

15.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições a recolher	967.293	1.314.316
TOTAL	967.293	1.314.316

15.3 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cheques Administrativos (a)	371.000	-
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (b)	172.844	11.123
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	145.797	96.859
Provisão para Pagamentos a Efetuar (c)	1.627.326	735.432
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (d)	265.812	353.894
Credores Diversos – País (e)	1.274.927	173.500
TOTAL	3.857.706	1.370.808

a) Refere-se a cheques administrativos emitidos para cooperados.

b) Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos, Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento a realizarem no próximo exercício.

c) Composta de provisões para pagamento de despesa de pessoal e a fornecedores e prestadores de serviços a se realizarem no próximo mês.

d) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de Dezembro de 2018**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 13.607.932 (treze milhões seiscentos e sete mil novecentos e trinta e dois reais) e em 2017 R\$ 12.553.358 (doze milhões quinhentos e cinquenta e três mil trezentos e cinquenta e oito reais), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

e) Credores Diversos representam obrigações do Sicoob-Engecred para com terceiros e para com seus associados. Composição: Pendências a Regularizar R\$ 1.132.356, Sobras de Caixa R\$ 6.487, Pagamentos a Processar R\$ 159, Pendências do Bancoob R\$ 2.417, Provisão do Rateio de despesa da Central R\$ 74.873, Credores Liquidação Cobrança R\$ 58.634.

16- Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

Descrição	2018	2017
Outros passivos (a)	261.312	290.000
TOTAL	261.312	290.000

a) Segundo a assessoria jurídica do SICOOB ENGECDRED-GO, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda provável, totalizando R\$ 261.312 (duzentos e sessenta e um mil trezentos e doze reais), conforme demonstrado a seguir:

RELATÓRIO SINTÉTICO – PROCESSOS JUDICIAIS EM DESFAVOR DA COOPERATIVA					
Qtde.	Processo	Natureza	Valor da ação	Chance de Êxito	Valor da Provisão
1	5089505.26.2015.8.09.0175	Indenização por Danos Morais	R\$ 31.520	Provável	R\$ 7.000
2	379537-36.2015.8.09.0093	Ação declaratória	R\$ 341.859	Provável	R\$ 10.000
3	53863-27.2016.8.09.0051	Execução de Obrigação de Fazer c/c indenização por danos morais	R\$ 310.000	Provável	R\$ 5.000
4	45053-97.2017.8.09.0093	Ação declaratória	R\$ 120.444	Provável	R\$ 5.000
5	5057925.54.2018.8.09.0051	Procedimento Comum	R\$ 65.319	Provável	R\$ 44.312
6	135893.27.2013.8.09.00.51	Indenização	R\$ 50.000	Provável	R\$ 15.000
7	295582-10.2015.8.09.0093	Revisional	R\$ 50.212	Provável	R\$ 20.000

RELATÓRIO SINTÉTICO – PROCESSOS JUDICIAIS EM DESFAVOR DA COOPERATIVA					
Qtde.	Processo	Natureza	Valor da ação	Chance de Êxito	Valor da Provisão
8	195692-64.2016.8.09.0093	Obrigação de fazer	R\$ 50.212	Provável	R\$ 20.000
9	278613-80.2016.8.09.0093	Ação de Obrigação de fazer	R\$ 202.069	Provável	R\$ 25.000
10	331670-13.2016.8.09.0093	Anulação de Ato Administrativo	R\$ 182.000	Provável	R\$ 25.000
11	350442-24.2016.8.09.0093	Interdito Proibitório	R\$ 1.000	Provável	R\$ 20.000
12	350441-39.2016.8.09.0093	Interdito Proibitório	R\$ 1.000	Provável	R\$ 20.000
13	349696-59.2016.8.09.0093	Anulatória	R\$ 220.000	Provável	R\$ 25.000
14	350438-84.2016.8.09.0093	Interdito Proibitório	R\$ 1.000	Provável	R\$ 20.000
TOTAL			R\$ 1.626.636		R\$ 261.312

17. Instrumentos financeiros

O **SICOOB ENGEURED-GO** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de **2018**, a movimentação do capital social da Cooperativa ocorreu da seguinte forma: aumento de R\$ 5.385.579 (cinco milhões trezentos e oitenta e cinco mil quinhentos e setenta e nove reais) por aportes de capital, R\$ 8.337.506 (oito milhões trezentos e trinta e sete mil quinhentos e seis reais), por incorporações de sobras e R\$ 8.058.746 (oito milhões cinquenta e oito mil setecentos e quarenta e seis reais) por integralização de juros ao capital, e tivemos uma saída de R\$ 9.451.642 (nove milhões quatrocentos e cinquenta e um mil seiscentos e quarenta e dois reais) referente desligamentos de cooperados, o que resultou um aumento líquido de **R\$ 12.330.188**, (doze milhões trezentos e trinta mil centos e oitenta e oito reais).

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	143.502.443	131.172.255
Associados	6.686	5.929

b) Reserva legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 45% (quarenta e cinco por cento) para o ano de 2018, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva Estatutária – Fundo para aumento de capital, após as destinações estabelecidas no Estatuto Social, 50% (cinquenta por cento) do saldo remanescente será destinado para o aumento de capital, rateados na forma do inciso I do art. 29 do Estatuto Social e incorporados às respectivas contas de cada associado.

d) Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 08/03/2018, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com as sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2017**, no valor de R\$ 8.337.506 (oito milhões trezentos e trinta e sete mil quinhentos e seis reais).

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2018	2017
Resultado do exercício	28.142.344	26.545.302
Apuração de deduções e reversões do F.A.T.E.S.	635.175	365.817
(-) Juros ao Capital	(8.640.387)	(11.456.619)
Ajuste de exercícios anteriores	-	11.666
Base de cálculo das destinações legais e estatutárias	20.137.132	15.466.166
Fundo de assistência técnica, educacional e social	(1.006.857)	(773.308)
Fundo de Reserva	(9.061.710)	(6.186.466)
Fundo para Aumento de Capital	(5.034.283)	(4.253.196)
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA	5.034.283	4.253.196

19. Provisão de juros ao capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

20. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2018	2017
Recuperação de Encargos e Despesas	467.757	1.431.947
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	59.976	-
Ingressos de Depósitos Interfinanceiros	13.177.170	22.841.949
Rendas Juros Cartão de Crédito	780.115	492.500
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	-	5.212
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	86.627	60.552
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	314.404	237.390
Dividendos	1.121.747	1.046.077
Distribuição de Sobras da Central	1.597.043	290.945
Outras Rendas Operacionais	256.150	833.613
TOTAL	17.860.389	27.240.185

20.1 Ingressos da intermediação financeira

Descrição	2018	2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	297.316	315.058
Rendas de Empréstimos	51.639.132	47.856.448
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	871.447	837.924

Rendas de Financiamentos	1.294.063	2.263.967
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	-	18.107
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	242.903	65.193
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	134.872	14.635
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	234.617	69.390
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados de LCA	52.986	-
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	-	61.426
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	325.550	24.317
Rendas c/ Tít.Valores Mobil. e Instrumentos Financ.	-	11.267
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	4.134.080	1.466.769
TOTAL	59.226.965	53.004.500

21. Outras despesas administrativas

Descrição	2018	2017
Despesas c/ água, energia, aluguéis e Comunicação	1.614.244	1.730.266
Despesas de Man. e Cons. de Bens	199.552	142.049
Despesas de Materiais	79.477	97.804
Despesas de Processamento Dados	653.457	652.353
Despesas de Promoção	586.765	536.905
Despesas de Prop. e Publicidade	220.237	321.896
Despesas de Publicações	20.624	37.585
Despesas de Seguros	126.184	119.775
Despesas de Serv. Sist. Financeiro	1.550.661	1.420.853
Despesas Serviços de Terceiros	611.735	433.269
Desp. Serviços de Vigil./Segurança	245.718	254.608
Desp. Serviços de Técnicos	1.151.712	1.179.676
Despesas de Transporte	394.960	437.326
Despesas de Viagem	132.773	21.539
Livros, jornais e revistas	(10.745)	(1.816,50)
Condomínio	(135.874)	(86.686,35)
Contribuição Sindical Patronal	(173.415)	(164.531)
Emolumentos Judiciais	(868.004)	(503.782)
Copa/Cozinha	(19.528)	(17.522)
Lanches e Refeições	(136.429)	(127.849)
Uniformes	(1.799)	(390,00)
Contribuição a OCE	(16.992)	(16.604)
Taxa na Junta Comercial	(2.012)	(2.579)
Medicamentos	(223)	(83)
Mensalidades Diversas	(480)	(390)
Rateio de Despesas da Central	(896.868)	(490.586)
Rateio Despesas Sicoob Conf.	(133.819)	(123.288)
Ações Judiciais	(849)	(9.330)
Outras Despesas Administrativas	(12.573)	(6.642)
TOTAL	9.997.714	8.937.988

21.1 Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2018	2017
Despesas com Amortização	(349.785)	(502.810)
Despesas com Depreciação	(897.386)	(575.564)
Operações de crédito (Renegociações)	(979.024)	(620.308)
Isenção de Juros – Cheque especial Plus	(3.345)	(139)
Desc. Concedido em operações de crédito	(1.968.258)	(636.291)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(187.446)	(156.148)
Provisão para Passivos Contingentes	11.688	(257.490)

Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(2.664)	(6.247)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(1.498)	(3.808)
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(145.067)	(160.509)
Perdas – Fraudes Externas	-	(17.165)
Perdas – Falhas em sistemas de TI	(1.743)	-
Perdas – Falhas de Gerenciamento	(6.590)	(2.729)
Tarifas Consultas/Saques Cirrus Cabal	(1.396)	(365)
Multa e Juros Diversos	(5.087)	(372)
Mensagens SMS - Cartões	(2.023)	(2.582)
Descontos Concedidos Op. Crédito Pessoal	(1.587)	(2.625)
Outras Despesas Operacionais	(50)	(25.266)
Estorno Rendas – Op. Crédito RPL	(2.954)	(7.465)
Estorno Juros Mora – Op. Crédito RPL	(75.937)	(87.748)
Tarifa Recebimento Convênio CRA's cartório	(1.462)	(506)
Contr. Ao Fundo de Estabilidade e Liquidez	(86.827)	-
Outras Contrib. Diversas (Outras Despesas Operac.)	(364.855)	-
TOTAL	(5.073.303)	(3.066.144)

21.2 Dispendios da intermediação financeira

Descrição	2018	2017
Despesas De Captação (Nota 11)	(21.023.273)	(28.410.928)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(369.489)	(116.979)
Desp. C/Tít. Val. Mobil. E Instr. Financ. Deriv.	-	(95)
Liquido de constituições e reversões de provisões para operações de crédito	(4.630.213)	(5.959.174)
TOTAL	(26.022.975)	(34.487.081)

22. Resultado não operacional

Descrição	2018	2017
Lucro em Transações com Valores de Bens	48.587	96.769
Ganhos de Capital	8.010	6.169
Ganhos de Aluguéis	31.145	12.964
Outras Rendas não Operacionais	148.990	-
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(230.608)	(594.119)
(-) Perdas de Capital	(3.255)	(362.121)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(864.519)	-
Resultado Líquido	(861.650)	(840.339)

23. Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2018**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	14.730.048	2,87%	60.010
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	987.514	0,19%	1.008
TOTAL	15.717.562	3,06%	61.018
Montante das Operações Passivas	6.905.595	1,05%	

Operações ativas e passivas – saldo em 31 de dezembro de 2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	101.022	2.155	3%
Conta Garantida	348.461	2.399	2%
Empréstimo	12.185.324	93.970	4%
Financiamento	71.588	358	1%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.682.935	1,64%	0%
Depósitos a Prazo	8.289.219	2,03%	0,47%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Empréstimos	0,55%	PF: 0,64% a.m. à 6,99% a.m.
Financiamento	0,99%	PJ: 0,64% a.m. à 5,99% a.m.
Aplicação Financeira - Pós Fixada	91,87%	81% a 100% do CDI

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018	
CPR (física, financeira, coobrigações)	-
Empréstimos e Financiamentos	4,25%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos e Financiamentos	24.374.303

As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

No exercício de **2018** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Honorários	(1.463.530)
Encargos Sociais	(244.793)

24. Cooperativa central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE GOIÂNIA E REGIÃO LTDA - SICOOB ENGEDECRED-GO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI, que representa o

grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB UNI**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB UNI** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB ENGEURED-GO** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB UNI** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

25. Gerenciamento de risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

25.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

25.2 Risco de mercado e de liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para

os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

25.3 Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

25.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

25.5 Risco socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

25.6 Gestão de continuidade de negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

26. Seguros contratados (Não auditado)

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. Índice de basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) , apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2018	2017
Índice de Basileia	41,09%	46,14%

28. Benefícios a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Multi Instituído. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a no mínimo 1% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2018 totalizaram R\$ 40.432 (quarenta mil quatrocentos e trinta e dois reais).

Reconhecemos a exatidão e integridade desta demonstração, elaborada em 31/12/2018 de acordo com os documentos idôneos fornecidos à contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

FABRICIO MODESTO CESAR

DIRETOR GERAL

RICARTE VICENTINI DE MIRANDA

DIRETOR DE RELACIONAMENTO COM O
ASSOCIADO

RICARDO ELIAS SANDRI WANDSCHEER

DIRETOR DE SUPORTE ORGANIZACIONAL

CHRISTIANE NASCIMENTO PINTO

CONTADORA CRC: 017279/O-4